



Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A | Resultados de 2015

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2015**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso do Sul” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2015, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 17 de março de 2016.

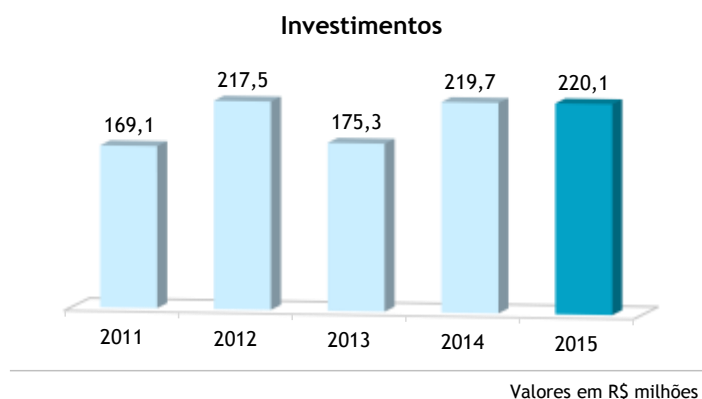
1 Considerações gerais

A Energisa Mato Grosso do Sul é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 970 mil clientes e uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes em 74 municípios do Estado do Mato Grosso, em uma área de 328.335 Km².

O exercício de 2015 ficou marcado pela continuidade da execução do plano de investimento da Energisa Mato Grosso do Sul, visando a constante ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, a melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado. Todas estas ações estruturadas, associadas aos investimentos realizados posicionam a Companhia como um agente importante no processo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, capaz de atender plenamente às demandas do seu mercado.

2 Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços que presta e a satisfação dos seus clientes, a Energisa Mato Grosso do Sul investiu ao longo dos últimos cinco anos aproximadamente R\$ 1.001,7 milhões, dos quais R\$ 439,8 milhões nos dois últimos, distribuídos conforme demonstrado no quadro abaixo:



Destacam-se as seguintes considerações sobre as realizações de 2015:

- continuidade e incremento nos programas para melhoria da qualidade do serviço, com a implantação de 13 novos alimentadores; instalação 151 religadores em redes de distribuição automatizados/telecomandados; instalação de 450 chaves religadoras; renovação dos equipamentos de subestações; instalação de 200 detectores de falta nas redes de média tensão, nos alimentadores que atendem municípios; substituição de 5.249 para-raios nas redes de distribuição;
- aquisição de nova subestação móvel, de 138/69/34,5/13,8 kV - 30 MVA;
- conclusão do projeto de Adequação das Bacias de Captação de Óleo em 88 subestações, com aplicações que totalizaram R\$15,6 milhões, a preços correntes, em 8 anos, dos quais R\$ 5,9 milhões somente em 2015;
- conclusão da adequação da frota, hoje constituída de 550 veículos próprios, com redução das despesas de R\$ 0,92/km para R\$ 0,82/km rodado;
- internalização do Serviço Técnico Comercial e das Equipes de Combate às Perdas, com admissão de 279 profissionais;
- conclusão dos pagamentos referentes a antecipação de linhas rurais, com restituição a cerca de 1.700 consumidores, em dois anos, no total de R\$ 40,1 milhões;
- redução de despesas da ordem de R\$ 1,0 milhão/ano com a adequação das rotas de leitura;

- aumento de 22% na produtividade das equipes de manutenção/operação/perdas com a implantação da Medição Individual de Produtividade, bem como e adoção de modernas ferramentas automatizadas.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia, que sintetiza as diversas obras realizadas no ano de 2015:

Ativo	2015	2014	Acréscimo
Subestações - nº	98	98	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.223	2.163	+ 60
Linhas de transmissão - km	3.796	3.789	+ 7
Redes de distribuição (próprias) - km	86.268	85.028	+ 1.240
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	61.276	59.513	+ 1.763
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.817	1.727	+ 90

3 Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2015:

Descrição	2015	2014	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	3.160,2	2.238,1	+ 41,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.983,7	2.074,9	+ 43,8
Receita Operacional Líquida	2.031,7	1.663,5	+ 22,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.855,2	1.500,3	+ 23,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	201,9	109,3	+ 84,7
EBITDA	271,1	177,4	+ 52,8
EBITDA Ajustado	278,5	182,7	+ 52,4
Resultado financeiro	(36,5)	(57,9)	- 37,0
Lucro Líquido	109,6	33,4	+ 228,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	2.597,4	2.334,0	+ 11,3
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	310,3	325,1	- 4,6
Patrimônio Líquido	803,6	754,1	+ 6,6
Endividamento Líquido	540,8	456,9	+ 18,4
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	970,6	938,1	+ 3,5
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	4.483,6	4.451,6	+ 0,7
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	5.057,8	5.149,4	- 1,8
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	14,25	14,60	- 0,45 p.p
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	13,7	11,0	+ 2,7 p.p
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado (vezes)	1,9	2,5	- 24,0

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2015, a Energisa Mato Grosso do Sul apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.983,7 milhões, ante R\$ 2.074,9 milhões registrados em 2014, um aumento de 43,8% (R\$ 908,8 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 23,7% (R\$ 354,9 milhões) no período, para R\$ 1.855,2 milhões. Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 32.530 novos consumidores cativos e crescimento de 0,7% (retração de 5,0% no 4T15) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 4.4 deste comentário de desempenho);

- Reconhecimento contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 36,0 milhões (reversão de R\$ 25,2 milhões no 4T15) contra R\$ 52,2 milhões reconhecidos em 2014;
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro em 2015 foi de R\$ 340,4 milhões (R\$ 102,6 milhões no 4T15), contra R\$ 21,4 milhões em 2014.
- Aumento tarifário extraordinário de 27,9% a partir de 02/03/2015, com o objetivo de adequar a cobertura tarifária dos custos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e de compra de energia.

3.3 Ambiente regulatório - revisão tarifária

3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo. Mensalmente, a ANEEL sinaliza uma das bandeiras previstas - de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país - aplicada no primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2015 foram de R\$ 194,9 milhões (R\$ 51,0 milhões no 4T15).

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

3.3.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Mato Grosso do Sul, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 27,9% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, em 8 de abril de 2015, foi concedido à Energisa Mato Grosso do Sul reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 3,22% percebido pelos consumidores.

A Energisa Mato Grosso do Sul recebeu o montante de R\$ 14,3 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

3.3.3 Subvenção tarifária e baixa renda

A Aneel também homologou o montante de R\$ 160,9 milhões em 2015, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que foram repassados para a Energisa Mato Grosso do Sul. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

3.3.4 Créditos líquidos da Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)

A Energisa Mato Grosso do Sul tem contabilizado em 31 de dezembro de 2015, créditos líquidos da Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) no montante de R\$ 111,0 milhões (R\$ 54,1 milhões em 31 de dezembro de 2014). A CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a Aneel decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das distribuidoras de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores, são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. As controladas assinaram junto a Aneel, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro. Os valores reconhecidos de ativos e passivos regulatórios têm como contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.653,4 milhões em 2015 e R\$ 588,9 milhões no 4T15, crescimento de 18,9% (R\$ 262,3 milhões) e 78,0% (R\$ 258,1 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2014. Desse total, as despesas controláveis cresceram R\$ 18,5 milhões (R\$ 10,5 milhões no 4T15), totalizando R\$ 303,1 milhões (R\$ 86,0 milhões no 4T15). As despesas não controláveis cresceram 30,9% em 2015 (119,7% no 4T15), totalizando R\$ 1.185,9 milhões (R\$ 470,6 milhões no 4T15), decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T15	4T14	Var. R\$	2015	2014	Var. R\$
1 Despesas controláveis	86,0	75,5	+ 10,5	303,1	284,6	+ 18,5
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	41,1	35,2	+ 5,9	146,8	137,6	+ 9,2
1.2 Material	7,1	4,8	+ 2,3	24,0	16,8	+ 7,2
1.3 Serviços de terceiros	37,8	35,5	+ 2,3	132,3	130,2	+ 2,1
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	470,6	214,2	+ 256,4	1.185,9	906,2	+ 279,7
3 Depreciação e amortização	16,0	17,6	- 1,6	69,2	68,1	+ 1,1
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	(6,7)	(41,9)	+ 35,2	9,5	18,1	- 8,6
5 Outras despesas/receitas	23,0	65,4	- 42,4	85,7	114,1	- 28,4
Subtotal	588,9	330,8	+ 258,1	1.653,4	1.391,1	+ 262,3
6 Custo de construção (*)	46,6	51,5	- 4,9	176,5	163,1	+ 13,4
Total	635,5	382,3	+ 253,2	1.829,9	1.554,2	+ 275,7

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2015, a Energisa Mato Grosso do Sul registrou lucro líquido de R\$ 109,6 milhões, contra os R\$ 33,4 milhões registrados em 2014, crescimento de 228,1%. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 278,5 milhões em 2015, contra os R\$ 182,7 milhões apurados no ano anterior, aumento de 52,4%, decorrente, em grande parte, do maior crescimento das receitas líquidas, vis-à-vis o aumento dos custos operacionais. No quarto trimestre de 2015 (4T15), o lucro apresentado foi de R\$ 33,1 milhões, ante os R\$ 44,0 milhões registrados no trimestre do ano anterior. No 4T15, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 75,5 milhões, redução de 29,8% em relação ao 4T14.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T15	4T14	Var. %	2015	2014	Var. %
(=) Lucro Líquido	33,1	44,0	- 24,8	109,6	33,4	+ 228,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	(16,8)	(25,6)	- 34,4	(55,8)	(18,0)	+ 210,0
(-) Resultado financeiro	(7,6)	(19,1)	- 60,2	(36,5)	(57,9)	- 37,0
(-) Depreciação e amortização	(16,0)	(17,5)	- 8,6	(69,2)	(68,1)	+ 1,6
(=) Geração de caixa (EBITDA)	73,5	106,2	- 30,8	271,1	177,4	+ 52,8
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,0	1,4	+ 42,9	7,4	5,3	+ 39,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	75,5	107,6	- 29,8	278,5	182,7	+ 52,4
Margem do EBITDA Ajustado (%)	10,9	22,9	- 12,0 p.p	13,7	11,0	+ 2,7 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2015, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 59,6 milhões (R\$ 0,944468739423 por mil ações), pagos a partir de 30 de junho de 2015.

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 44,5 milhões (R\$ 0,704584958911 por mil ações), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício somam R\$ 104,1 milhões.

4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e na excelência no atendimento tem permitido à Energisa Mato Grosso do Sul apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam uma perspectiva de melhorias bem sustentadas.

4.1 Perdas de energia

O combate ao furto e às ligações clandestinas tem sido foco constante das ações gerenciais da Energia Mato Grosso do Sul, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras. As perdas comerciais de energia elétrica da Energisa Mato Grosso do Sul situaram em 4,32% em 2015, contra 5,43% registrado em 2014, redução de 1,11 pontos percentuais. As perdas totais, por sua vez, foram de 14,25%, menor em 0,35 ponto percentual em relação a registrada em 2014.

4.2 Inadimplência

A conjuntura nacional, as revisões extraordinárias tarifárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no primeiro trimestre de 2015 contribuíram para o aumento da inadimplência. A Energisa Mato Grosso do Sul vem intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center, campanhas pontuais, intensificação de ações de corte e negativação de débitos. Apesar de todo o esforço empreendido, a inadimplência dos consumidores aumentou de 2,39%, em 2014, para 3,10%, em 2015. Registre-se, entretanto, o lado positivo das ações de cobrança que propiciaram a redução do pendente (total de contas a receber da empresa) de 1,58%, em 2014, para 1,12%, em 2015.

4.3 DEC, FEC e outros indicadores

Os altos incrementos extraordinários de tarifas impactaram todas as concessionárias do país nos indicadores de avaliação dos índices de satisfação dos consumidores (IASC e ISQP), não tendo a Companhia fugido a essa tendência. Também em 2015, principalmente a partir de setembro, as severas variações climáticas se intensificaram, refletindo em forte aumento do volume de descargas atmosféricas, superando em muito a média histórica, e afetando os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor). Apesar dos investimentos realizados com base no planejamento das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas, o indicador DEC em 2015 sofreu uma elevação de 8,1%. Já o FEC reduziu 1,5%.

Indicadores operacionais	2015	2014	Varição
Perdas de energia do sistema próprio (%)	14,25	14,60	- 0,45 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	3,10	2,39	+ 0,71 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - n°	1,12	1,58	- 29,1
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	13,92	12,87	+ 8,2
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	7,15	7,26	- 1,5
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	77,90	87,20	- 10,7
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	50,29	68,50	- 26,6

4.4 Mercado de energia

Em 2015, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Mato Grosso do Sul, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.973,5 GWh, incremento de 0,7% em relação ao volume verificado no ano anterior. A classe de consumo que mostrou melhor desempenho foi a residencial, com crescimento de 2,7%, seguida pela classe comercial, que registrou aumento de 1,9%. Reflexo do cenário desfavorável de atividade industrial ao longo do ano, o consumo industrial cativo e livre mostrou retração de 3,8%. No quarto trimestre de 2015 (4T15), o consumo de energia elétrica cativo e livre caiu 4,5%.

A energia total distribuída em 2015 foi de 5.057,8 GWh, ante os 5.158,9 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Descrição	Trimestres			Exercício		
	4T15	4T14	Var. %	2015	2014	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.149,4	1.210,5	- 5,0	4.483,6	4.451,6	+ 0,7
✓ Residencial	444,2	459,5	- 3,3	1.686,3	1.642,7	+ 2,7
✓ Industrial	130,5	162,9	- 19,9	583,6	627,9	- 7,1
✓ Comercial	279,6	291,8	- 4,2	1.093,7	1.073,4	+ 1,9
✓ Rural	123,8	124,7	- 0,7	472,8	471,7	+ 0,2
✓ Outras Classes	171,3	171,6	- 0,2	647,2	635,9	+ 1,8
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	125,4	124,8	+ 0,5	489,9	487,8	+ 0,4
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.274,8	1.335,3	- 4,5	4.973,5	4.939,4	+ 0,7
4 Suprimento de energia e não faturado	72,0	92,1	- 21,8	84,3	210,0	- 59,9
5 Energia Total Distribuída (3+4)	1.346,8	1.427,4	- 5,6	5.057,8	5.149,4	- 1,8

A Energisa Mato Grosso do Sul encerrou 2015 com 970.635 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,5% superior a registrada em 2014. Já o número de consumidores livres totalizou 44 no fim de dezembro de 2015.

5 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul totalizou R\$ 310,3 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Mato Grosso do Sul, que inclui empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 456,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 540,8 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Mato Grosso do Sul em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014
Curto Prazo	138,1	122,8
Empréstimos e financiamentos	76,9	112,9
Debêntures	51,4	4,3
Encargos de dívidas	2,8	5,5
Déficit atuarial	0,1	0,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	6,9	(0,1)
Longo Prazo	860,0	728,0
Empréstimos e financiamentos	538,1	330,3
Debêntures	351,6	397,6
Déficit atuarial	0,1	0,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(29,8)	-
Total das dívidas	998,1	850,8
(-) Disponibilidades financeiras	310,3	325,1
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	36,0	14,7
(-) Créditos CVA	111,0	54,1
Total das dívidas líquidas	540,8	456,9

6 Gestão de pessoas

A Energisa Mato Grosso do Sul investe fortemente em gestão de pessoas, valoriza o capital humano, aprimorando sua atuação e ampliando as premissas de uma gestão mais ágil e flexível, que visa a melhoria contínua na qualidade dos serviços. Suas ações são norteadas pelo valor Pessoas e tem como foco a qualidade de vida, a segurança, o comprometimento e o desenvolvimento dos colaboradores.

O Quadro: a empresa encerrou o ano de 2015 com uma força de trabalho de 2.232 pessoas, das quais 1.320 são colaboradores próprios ativos e 912 terceirizados (empregados das empresas prestadoras de serviços).

A Integração: para recepcionar os novos colaboradores é realizado, no momento da admissão, um Programa de Integração, quando é apresentada a Empresa, sua missão, visão, valores, benefícios e práticas de segurança do trabalho. Além disso, este programa contempla uma reunião com os diretores da empresa.

O Desenvolvimento: ciente da importância da capacitação dos seus colaboradores para o cumprimento de suas metas, a empresa dedicou 115.583 homens/hora de treinamento, totalizando 83 horas por colaborador/ano, com investimentos da ordem de R\$ 628 mil.

Além disso, 36 colaboradores foram beneficiados com bolsas de estudos distribuídas entre cursos técnicos, graduação e pós-graduação, atingindo todos os níveis da organização.

Ressalte-se, ainda, que em 2015 foram promovidos 35 colaboradores em decorrência de 65 processos de seleção interna, uma prática que valoriza os quadros próprios, mantendo-se os processos de renovação e avigramento da força de trabalho, estes concretizados com a admissão de 421 novos colaboradores.

Com a preocupação em desenvolver o quadro de lideranças que possam sustentar as ações estratégicas e atender às expectativas de alto desempenho, a empresa adota ferramentas de avaliação para identificar colaboradores aptos ao processo sucessório, analisando suas principais competências e também necessidades de desenvolvimento.

Segurança: para reforçar o compromisso dos colaboradores com a segurança do trabalho são desenvolvidos programas que abrangem os procedimentos corretos para execução das atividades de forma segura, além de outros que visam à antecipação de riscos que possam gerar acidentes, dentre os quais se destaca a reunião dos acidentados com os diretores e os diálogos diários de segurança com as equipes operacionais.

7 Responsabilidade socioambiental

O principal negócio da Energisa é o provimento de energia elétrica a todos os clientes da sua área de concessão. Consciente do seu papel, a Energisa Mato Grosso do Sul investe constantemente em ações voltadas à sociedade, uma definição comum a todas as empresas do Grupo Energisa, hoje presente em nove Estados da Federação, em todas as regiões do país.

A Energisa Mato Grosso do Sul busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo, ações de uso consciente de energia elétrica, bem como de preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2015, destacam-se:

- **Espaço Energia em Campo Grande** - inaugurado em abril de 2015 na principal avenida da cidade, o Espaço Energia é um ambiente permanente, no âmbito do Programa de Eficiência Energética Energisa/Aneel, que permite aos visitantes uma visão da energia elétrica, desde as fontes de geração ao cliente final, conhecimentos sobre o uso racional e seguro de energia e experimentos físicos, além de salas de vídeo/recreação. Em 2015, o espaço recebeu 7.713 visitantes entre alunos de escolas públicas e particulares, comunidades de baixa renda, grupos da Terceira Idade, crianças e adolescentes com Síndrome de Down e Transtornos Cognitivos, reforçando assim o compromisso da empresa com a inclusão social.
- **Espaço Arte** - uma área exclusiva para exposição de artes plásticas foi reservada no Espaço Energia, visando a apresentação de artistas, pintores e escultores radicados no Estado. Um projeto inspirador e educacional, voltado para arte e lazer, um incentivo à criatividade e inovação.
- **Eficiência Energética** - em 2015, R\$ 11 milhões foram aplicados pela empresa no âmbito do Programa de Eficiência Energética Energisa/Aneel. Ações e projetos foram implementados, contemplando a troca de

aparelhos elétricos antigos por novos com descontos e campanhas publicitárias, visando uma maior conscientização dos clientes, de todas as classes de consumo, para o uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica, especialmente nas comunidades de baixa renda. Foram realizados 16 diagnósticos energéticos nos sistemas de iluminação, condicionamento de ar, refrigeração e aquecimento solar da água em Instituições Filantrópicas, unidades do Poder Público, Comércio e Serviços, além da conclusão de oito projetos nestes segmentos de clientes.

- **Nossa Energia** - esse projeto, iniciado em 2015, se concretizou através de visitas a 40 municípios da área de abrangência da empresa, quando foram realizadas diversas ações educativas em 66 escolas para cerca de **20 mil alunos** da rede pública de ensino. Além de palestras e apresentações de experimentos físicos no interior dos caminhões Nossa Energia, em praça pública, foi realizada a reciclagem de 1.777 geladeiras velhas e troca de lâmpadas incandescentes por lâmpadas eficientes, bem como apresentações teatrais pertinentes ao uso racional e seguro da energia elétrica.
- **Energia Solidária** - do montante investido em Eficiência Energética no Estado, cerca de R\$ 680 mil foram destinados a esse projeto, que garantiu a 370 clientes de Campo Grande a oportunidade de trocar um eletrodoméstico antigo por um novo com selo Procel de Economia de Energia, com desconto, quando também puderam destinar contribuições para entidades filantrópicas.
- **Formação de eletricitistas** - oferecendo à comunidade um curso gratuito para capacitação de 120 eletricitistas nas atividades de instalação/manutenção e comerciais, a empresa vem adotando uma postura ativa e transformadora. São novos profissionais que se agregam ao mercado com capacitação para o trabalho autônomo ou às empresas da indústria/comércio e prestadoras de serviço do Estado, bem como para futuros processos seletivos da Energisa.
- **Doações e incentivos** - R\$ 578 mil foram destinados a doações incentivadas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Fundo Municipal do Idoso, em Campo Grande, apoio ao tratamento de pessoas com Câncer e Síndrome de Down, e projetos nas áreas do esporte e cultura.
- **Meio Ambiente** - entre as atividades e práticas para preservação do meio ambiente, garantia da segurança e saúde da população, destacam-se, entre muitas, a implantação de redes isoladas e protegidas; a gestão de Resíduos Sólidos próprios; a participação nos Comitês de Arborização; a conclusão do programa de Compensação Ambiental referente à construção de 30 Linhas de Transmissão de municípios da área de concessão; e, destacadamente, a finalização da Adequação das Bacias de separação água/óleo de todas as subestações da empresa, programa que demandou aplicações de R\$ 15,6 milhões, ao longo de oito anos, dos quais R\$ 5,9 milhões em 2015.
- **Ética e integridade** - o Código de Ética e Conduta da empresa, que bem expressa um compromisso com o futuro, é um guia para os colaboradores da empresa no relacionamento com os diversos públicos. Além de divulgado pela intranet é distribuído a todos os colaboradores, tendo como guardião maior um Comitê de Ética composto por colaboradores das diversas áreas de trabalho e regiões de atuação do Grupo Energisa, permitindo o acesso livre e direto a todo o quadro funcional das empresas, bem como parceiros.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Mato Grosso do Sul em 2015 foi de R\$ 489,0 mil, dos quais R\$ 450,0 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 39,0 mil para programas de “Eficiência Energética” e outros.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	79.347	117.243
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	214.828	197.726
Consumidores e concessionárias	6	408.282	270.686
Títulos de créditos a receber		-	3.843
Estoques		3.452	4.125
Impostos a recuperar	8	42.406	34.189
Instrumentos financeiros derivativos	30	4.518	149
Ativos financeiros setoriais	9	160.672	15.452
Outros créditos	10	74.826	51.577
Total do circulante		988.331	694.990
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	36.117	40.202
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	16.137	10.096
Impostos a recuperar	8	21.587	20.106
Créditos tributários	12	139.527	168.315
Cauções e depósitos vinculados	20	68.120	53.512
Instrumentos financeiros derivativos	30	29.783	-
Ativos financeiros setoriais	9	37.393	196.069
Contas a receber da concessão	13	438.954	318.859
Outros	10	4.509	5.512
		792.127	812.671
Investimentos	14	610	654
Intangível	15	816.335	825.695
Total do não circulante		1.609.072	1.639.020
Total do ativo		2.597.403	2.334.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	212.259	162.480
Encargos de dívidas	17	2.753	5.489
Empréstimos e financiamentos	17	76.932	112.891
Debentures	18	51.414	4.282
Folha de pagamento		2.671	2.658
Tributos e contribuições sociais	19	70.694	48.656
Dividendos	23.4	-	7.944
Instrumentos financeiros derivativos	30	11.423	-
Obrigações estimadas		17.914	20.075
Taxa de iluminação pública arrecadada		21.302	14.925
Benefícios a empregados - plano de pensão		84	152
Obrigações intrassetoriais	21.1 e 21.2	78.033	39.360
Incorporação de redes	21.3	24.369	39.533
Passivos financeiros setoriais	9	76.052	6.451
Outros passivos	22	10.431	7.788
Total do circulante		656.331	472.684
Não circulante			
Fornecedores	16	7.600	2.468
Empréstimos e financiamentos	17	538.136	330.288
Debentures	18	351.639	397.611
Tributos e contribuições sociais	19	10.940	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	206.239	191.969
Benefícios a empregados - plano de pensão	31	82	57
Obrigações intrassetoriais	21.2	9.175	6.777
Incorporação de redes	21.3	-	25.783
Passivos financeiros setoriais	9	11.002	150.959
Outros passivos	22	2.670	1.335
Total do não circulante		1.137.483	1.107.247
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	595.649	595.649
Reservas de capital	23.2	118.594	118.594
Reservas de lucros	23.3 e 23.4	23.851	18.373
Dividendos adicionais propostos	23.5	44.471	21.501
Outros resultados abrangentes	23.6	(59)	(38)
Recursos destinados a futuro aumento de capital		21.083	-
Total do patrimônio líquido		803.589	754.079
Total do passivo e patrimônio líquido		2.597.403	2.334.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	24	2.031.746	1.663.525
Custo do serviço de energia elétrica	25	(1.676.589)	(1.314.969)
Lucro bruto		355.157	348.556
Despesas gerais e administrativas	25	(135.546)	(229.554)
Outras receitas	26	1.989	1.388
Outras despesas	26	(19.704)	(11.078)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		201.896	109.312
Receita financeira	27	144.858	62.289
Despesas financeiras	27	(181.403)	(120.205)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(36.545)	(57.916)
Lucro antes dos impostos		165.351	51.396
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(26.996)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(28.795)	(17.948)
Lucro líquido do exercício		109.560	33.448
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	28	0,0017358	0,0005480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Lucro líquido do exercício		109.560	33.448
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	23.6	(21)	313
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		109.539	33.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		165.351	51.396
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		84.559	99.599
Depreciação e amortização	25	69.206	68.085
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	25	14.647	(37.472)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		3.133	-
Provisões (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	26	(5.161)	37.652
Marcação a mercado de derivativos		4.374	-
Marcação a mercado de empréstimos		(3.659)	-
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	27	(24.862)	(7.859)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	26	19.933	11.998
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		(139.858)	34.869
Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber		-	278
Diminuição (aumento) de estoques		(2.032)	(1.985)
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar		(4.542)	6.658
Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais		44.301	(211.521)
Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculados		(5.188)	(11.708)
Diminuição (aumento) de outros créditos		(27.877)	18.117
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		36.153	53.859
(Diminuição) aumento de folha de pagamento		13	(818)
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		18.901	(33.239)
Imposto de Renda e contribuição social pagos		(12.926)	-
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas		(2.161)	637
(Diminuição) aumento de obrigações intrassetoriais		38.673	(43.344)
(Diminuição) aumento de passivos financeiros setoriais		(80.348)	157.410
(Diminuição) aumento de incorporação de rede		(47.069)	(8.154)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		12.689	(6.405)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		156.250	178.053
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(3.669)	(146.465)
Aplicações no intangível	15 e 35	(167.510)	(166.442)
Alienação de bens do imobilizado e intangível		1.989	1.388
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(169.190)	(311.519)
Atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	62.181
Adiantamento para futuro aumento de capital		21.083	-
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	17 e 18	260.121	790.206
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	17 e 18	(112.891)	(466.239)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	17 e 18	(96.319)	(73.637)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(7.894)	-
Pagamentos de dividendos	23.5	(89.056)	(40.070)
Operações com partes relacionadas		-	(40.204)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(24.956)	232.237
Variação líquida do caixa		(37.896)	98.771
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		117.243	18.472
Caixa mais equivalentes de caixa finais		79.347	117.243
Variação líquida do caixa		(37.896)	98.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		3.194.664	2.087.504
Outros resultados		1.989	1.388
Receitas relativas a construção de ativos próprios		191.520	180.567
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	25	(14.647)	37.473
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		1.185.936	906.209
Materiais e serviços de terceiros		156.229	146.993
Outros custos operacionais		253.201	327.938
		1.595.366	1.381.140
Valor adicionado bruto		1.778.160	925.792
Depreciação e amortização	25	69.206	68.085
Valor adicionado líquido		1.708.954	857.707
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		146.913	62.289
Valor adicionado total a distribuir		1.855.867	919.996
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		90.716	88.472
Benefícios		44.472	40.015
FGTS		10.844	11.331
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		350.871	222.803
Estaduais		491.577	350.350
Municipais		787	671
Obrigações intrassetoriais		572.307	50.405
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	27	125.244	79.828
Aluguéis		3.974	2.296
Outras despesas financeiras	27	55.515	40.377
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	23.5	59.611	7.944
Dividendos adicionais propostos	23.5	44.471	21.501
Reserva Legal	23.3	5.478	1.673
Retenção de lucros		-	2.330
		1.855.867	919.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
		Remuneração das imobilizações sem curso	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de Lucros					
Saldos em 31 dezembro de 2013	533.468	1.650	116.944	14.370	-	-	-	(351)	-	666.081
Aumento de capital conforme AGE de 11/06/2014	62.181	-	-	-	-	-	-	-	-	62.181
Outros resultados abrangentes	23.6	-	-	-	-	-	-	313	-	313
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	33.448	-	-	33.448
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva Legal	23.3	-	-	1.673	-	-	(1.673)	-	-	-
Dividendos	23.5	-	-	-	-	-	(7.944)	-	-	(7.944)
Reserva de Lucro	23.3	-	-	-	2.330	-	(2.330)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	23.5	-	-	-	-	21.501	(21.501)	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2014	595.649	1.650	116.944	16.043	2.330	21.501	-	(38)	-	754.079
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(21.501)	-	-	-	(21.501)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	21.083	21.083
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	109.560	-	-	109.560
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva Legal	23.3	-	-	5.478	-	-	(5.478)	-	-	-
Dividendos	23.5	-	-	-	-	-	(59.611)	-	-	(59.611)
Dividendos adicionais propostos	23.5	-	-	-	-	44.471	(44.471)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	23.6	-	-	-	-	-	-	(21)	-	(21)
Saldos em 31 dezembro de 2015	595.649	1.650	116.944	21.521	2.330	44.471	-	(59)	21.083	803.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2015						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2015			2014		
Receita líquida (RL)	2.031.746			1.663.525		
Resultado operacional (RO)	165.351			51.396		
Folha de pagamento bruta (FPB)	161.776			154.965		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	17.460	10,79%	0,86%	13.911	8,98%	0,84%
Encargos sociais compulsórios	32.690	20,21%	1,61%	32.573	21,02%	1,96%
Previdência privada	4.005	2,48%	0,20%	4.095	2,64%	0,25%
Saúde	15.024	9,29%	0,74%	12.295	7,93%	0,74%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	162	0,10%	0,01%	234	0,15%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	631	0,39%	0,03%	384	0,25%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	119	0,07%	0,01%	96	0,06%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	7.951	4,91%	0,39%	9.700	6,26%	0,58%
Outros	2.792	1,73%	0,14%	2.659	1,72%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	80.834	49,97%	3,99%	75.947	49,01%	4,57%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	258	0,16%	0,01%	76	0,15%	0,00%
Saúde e saneamento	64	0,04%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	64	0,04%	0,00%	19	0,04%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	192	0,12%	0,01%	57	0,11%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	578	0,36%	0,02%	152	0,30%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	825.170	499,04%	40,61%	558.592	1086,84%	33,58%
Total - Indicadores sociais externos	825.748	499,40%	40,63%	558.744	1087,14%	33,58%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	18.399	11,13%	0,91%	13.911	27,07%	0,84%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	18.399	11,13%	0,91%	13.911	27,07%	0,84%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.320			1.076		
Nº de admissões durante o período	428			109		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	912			1.555		
Nº de estagiários(as)	55			50		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	241			289		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	177			180		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,78%			21,28%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	502			368		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,59%			2,17%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	36			32		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,83			ND		
Número total de acidentes de trabalho	14			22		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.608	no Procon 2.948	na Justiça 2.568	na empresa 2.886	no Procon 2.358	na Justiça 2.399
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 90%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 1.855.867			Em 2014: 978.063		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76% governo 8% colaboradores(as) 6% acionistas 10% terceiros 0% retido			63% governo 13% colaboradores(as) 2% acionistas 9% terceiros 0% retido		
7 - Outras Informações	2015			2014		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	9.174			105		
7.1.2 - Investimento do Estado	0			0		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	331			9.848		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	9.505			9.953		
7.2 - Programa de eficiência Energética	4.169			8.065		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.138			99		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	14.812			18.117		

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (Companhia ou EMS) nova razão social da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Campo Grande - MS, controlada pela Rede Energia S.A. (“REDE”) - em “Recuperação Judicial”, atuando na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão legal que abrange 328.335 km², 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 970.677 consumidores (informações não auditadas pelos auditores independentes) em 74 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia obteve registro de Companhia aberta na CVM em 28 de agosto de 1981.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações de posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 9, 13, 15, 24 e 33, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações

emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2016.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 6 - Consumidores e concessionárias
- Nota nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 8 - Impostos a recuperar;
- Nota nº 12 - Créditos tributários; e
- Nota nº 20 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 25 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota nº 30 - Instrumentos financeiros derivativos.
- Nota nº 31 - Benefícios a empregados;

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (1)

- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros) e IAS 16 e IAS 38 (alteração no método de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, imobilizado e intangíveis.

3.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 30.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, ativo financeiro setorial, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 30 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data;

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9;
- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil.

Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;

- i. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão reconhecida na demonstração dos resultados caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativo intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil,

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- l. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- m. Derivativos** - Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;
- n. Imposto de renda e contribuição social** - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- o. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- r. Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- u. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários a vista	14.874	14.263
Aplicações financeiras de liquidez imediata	64.473	102.980
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	105	27.852
Compromissadas (1)	64.368	75.128
Total de caixa e equivalente de caixa	79.347	117.243

A carteira de aplicações financeiras de liquidez imediata é constituída, principalmente por Debêntures.

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas de 100% a 103,2% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

5.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

Descrição	2015	2014
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10.434	1.371
Fundo de Renda Fixa (1)	27.552	141.386
Fundos de Investimento (2)		
CDB	-	2.490
CCB	29.550	1.054
Debêntures	54.249	1.808
Compromissadas	6.598	6.220
DPGE	3.319	15.285
Títulos públicos	16.707	20.839
Fundo de Renda Fixa	66.419	5.238
Outros instrumentos	-	1.995
Compromissadas	-	40
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados IV	16.137	10.096
Energisa Centro Oeste (3)		
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	230.965	207.822
Circulante	214.828	197.726
Não Circulante	16.137	10.096

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 114,06% do CDI (104,35% do CDI em 2014).

- (1) Fundos de renda fixa possui liquidez imediata e é remunerado a 100% do CDI.
- (2) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 104,43% até 127,75% do CDI.
- (3) Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC não padronizados IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 26/11/2020.

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão para devedores duvidosos (4)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2015	2014
Valores correntes (1)									
Residencial	54.523	2	45.818	5.149	3.698	485	(9.332)	100.343	55.330
Industrial	13.339	-	3.846	506	886	1.387	(1.387)	18.577	11.578
Comercial	29.397	6	12.761	1.716	1.914	2.774	(4.688)	43.880	24.249
Rural	9.382	3	8.390	2.347	1.501	116	(116)	21.623	9.544
Poder público	13.430	-	6.890	1.221	448	204	(204)	21.989	2.025
Iluminação pública	2.340	-	1.350	295	42	-	-	4.027	4.630
Serviço público	6.184	1	713	7	51	-	-	6.956	3.743
Serviço taxado	282	-	438	134	59	21	-	934	1.265
Fornecimento não faturado	130.957	-	-	-	-	-	-	130.957	89.895
Arrecadação Processo Classificação	12.864	-	-	-	-	-	-	12.864	3.395
Valores renegociados:									
Residencial	2.592	8.117	1.272	561	356	1.793	(4.284)	10.407	13.471
Industrial	2.369	3.991	372	176	62	2.049	(2.560)	6.459	5.117
Comercial	3.534	18.453	494	174	137	1.520	(4.571)	19.741	22.121
Rural	547	1.832	235	90	45	210	(652)	2.307	2.801
Poder público	12.378	24.092	829	632	347	8.112	(19.738)	26.652	40.065
Iluminação pública	562	4.966	104	49	72	80	(2.161)	3.672	8.127
Serviço público	1.670	1.194	96	92	164	103	(1.309)	2.010	1.888
Serviço taxado	14	40	10	4	3	-	-	71	85
(-) Ajuste valor Presente (2)	(2.492)	(6.600)	-	-	-	-	-	(9.092)	(9.997)
Subtotal -clientes	293.872	56.097	83.618	13.153	9.785	18.854	(51.002)	424.377	289.332
Suprimento Energia - Moeda Nacional (3)	2.514	-	-	-	-	-	-	2.514	2.299
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.550	-	-	-	-	-	-	3.550	3.111
Outros	7.955	392	2.711	353	254	2.293	-	13.958	16.146
Total	307.891	56.489	86.329	13.506	10.039	21.147	(51.002)	444.399	310.888
Circulante								408.282	270.686
Não Circulante								36.117	40.202

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.

(2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória nº 1.874 de 07 de abril de 2015), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457

de 8 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia considera que a taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2015 refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$2.514 (R\$2.299 em 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$18.461 (R\$4.959 em 2014), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$31.036 (R\$2.974 em 2014), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2015	2014
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	2.299	2.299
Créditos a vencer	215	-
	2.514	2.299
(-) Aquisições de Energia na CCEE	(18.461)	(4.959)
(-) Encargos de serviços do sistema	(31.036)	(2.974)
	(46.983)	(5.634)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de Estimativas: Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

(4) Provisão para créditos de devedores duvidosos - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias;
- Parcelamento energia - Faturas Novadas com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

Movimentação das provisões	2015	2014
Saldo - inicial - circulante - 2014 e 2013	36.355	73.827
Reversões de provisões no exercício	(18.025)	(66.575)
Provisões constituídas no exercício	32.672	29.103
Saldo - final - circulante - 2015 e 2014	51.002	36.355

7. Reajustes e Revisões Tarifárias

7.1. Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n.º 1.874, de 07 de abril de 2015, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor desde 08 de abril de 2015, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de um aumento de 3,22%

7.2. Reajuste tarifário extraordinário

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 27,9%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

7.3. Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março foi de R\$5,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$4,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração quando passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

7.4. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no

contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da nº 1.505, de 05 de abril de 2013 com reajuste médio percebido pelos consumidores de -3,17%, aplicados desde 08 de abril de 2013.

8. Impostos a recuperar

	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	36.765	35.170
Imposto de Renda - IRPJ (2)	14.023	13.525
Contribuição Social - CSSL (2)	5.048	5.265
PIS e COFINS (3)	6.765	147
Outros	1.392	188
Total	63.993	54.295
Circulante	42.406	34.189
Não Circulante	21.587	20.106

- (1) Inclui ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (2) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e em exercícios anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados nos respectivos exercícios.
- (3) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

9. Ativos e Passivos financeiros setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 2014	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transf.	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
CVA Ativa (1)										
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	193.531	90.768	(175.930)	26.482	-	134.851	54.258	80.593	114.703	20.148
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.297	(248)	(878)	121	-	292	292	-	292	-
Transporte Rede Básica	12.540	5.011	(12.223)	1.799	-	7.127	3.966	3.161	6.337	790
Transporte de Energia - Itaipu	144	1.252	(271)	94	-	1.219	86	1.133	936	283
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	628	40.469	(1.753)	2.277	-	41.621	585	41.036	31.362	10.259
Conta Consumo de Combustível - CCC	663	-	(545)	64	-	182	182	-	182	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais										
Neutralidade da Parcela A (3)	-	4.354	-	-	-	4.354	-	4.354	3.265	1.089
CUSD	60	64	-	(41)	419	502	-	502	377	125
Exposição de submercados	-	5.227	(3.637)	667	(783)	1.474	1.474	-	1.474	-
Outros	2.658	9.631	(5.592)	28	(282)	6.443	1.325	5.118	1.744	4.699
Total Ativos Financeiros Setoriais	211.521	156.528	(200.829)	31.491	(646)	198.065	62.168	135.897	160.672	37.393

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 2014	Despesa Operacional		Resultado financeiro	Transf.	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
CVA Passiva (1)										
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	-	-	20	-	20	-	20	15	5
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	53.957	23.982	(49.405)	6.922	-	35.456	16.146	19.310	30.629	4.827
Demais Passivos Financeiros Setoriais										
Neutralidade da Parcela A (3)	4.907	3.640	(6.634)	-	-	1.913	1.913	-	1.913	-
Subcontratação de energia (2)	96.698	24.419	(76.051)	3.696	-	48.762	24.083	24.679	42.592	6.170
CUSD	1.485	-	(1.099)	-	-	386	386	-	386	-
Outros	363	2.069	(1.269)	-	(646)	517	517	-	517	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	157.410	54.110	(134.458)	10.638	(646)	87.054	43.045	44.009	76.052	11.002
Saldo líquido	54.111	102.418	(66.371)	20.853	-	111.011	19.123	91.888	84.620	26.391

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente):** O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.
- (3) **Neutralidade:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

10. Outros créditos

	2015	2014
Subvenção Baixa renda (1)	4.793	6.401
Subvenção CDE (2)	31.251	6.699
Adiantamentos a empregados	1.422	986
Adiantamentos a fornecedores	2.041	3.313
Dispêndios a reembolsar	956	1.502
Ordens de desativações em curso (3)	3.376	4.030
Alienação em curso (3)	27	46
Ordens de serviços - P&D	3.343	2.326
Ordens de serviços - PEE	19.263	15.968
Ordens de serviços - Outros	588	665
Padrão baixa renda	3.589	4.969
Aplicações vinculadas	96	355
Despesas pagas antecipadamente	603	1.073
Plano de universalização	3.343	4.597
Banco Daycoval (4)	61.818	61.818
(-) Provisão para perdas Daycoval (4)	(61.818)	(61.818)
Outros créditos a receber	4.644	4.159
Total	79.335	57.089
Circulante	74.826	51.577
Não Circulante	4.509	5.512

- (1) **Subvenção à Baixa Renda:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo foi totalmente recebido em janeiro de fevereiro de 2016.

	2015	2014
Saldo inicial - circulante - 2014 e 2013	6.401	5.406
Subvenção baixa renda	28.910	36.448
Ressarcimento Eletrobrás	(30.518)	(35.453)
Saldo final - circulante - 2015 e 2014	4.793	6.401

- (2) **Subvenção CDE:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

	2015	2014
Desconto tarifário subvenção irrigante e rural aplicados na tarifa	133.047	46.727
Ressarcimento Eletrobrás	(102.613)	(40.028)
Atualização financeira	817	-
Saldo - final - circulante - 2015 e 2014	31.251	6.699

A Companhia desde 02/09/2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2015, foram compensados R\$23.592 referente a subvenção CDE e R\$2.328 referente subvenção baixa renda.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de novembro de 2015 e dezembro de 2015, cujo ressarcimento será compensado no primeiro trimestre de 2016.

- (3) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.

- (4) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, foi remetido à justiça Estadual de São Paulo, perante o Juízo da 21ª Cível (Proc. 0000074-89.2016.8.26.0100 - numeração antiga 0038931-45.2012.8.12.0001). Na ação inicial houve a arguição de incompetência pelo Daycoval, sendo remetida à Justiça Estadual de São Paulo em razão da decisão do RESP 384782. Em 26/02/2016, com o ingresso da Aneel como assistente da Companhia, houve despacho determinando a remessa dos autos à Justiça Federal de São Paulo. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos e escritório terceirizado, está acompanhando o andamento do processo.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (63,11% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEVP), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER) que também possui 36,83% de participação no capital social.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). Desde de 11 de abril de 2014 a Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,61%) e JQMJ com 10,38%. A Energisa controla a JQMJ (99,99%). Energisa S/A possui 15,02% e Denerge 11,79% da Rede Energia.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Relacionamento	2015	2014
Transações de mútuos:			
Receitas financeiras		-	365
Despesas financeiras		-	(508)
		-	(143)
Outras receitas:			
Multi Energisa Serviços S.A.	Grupo Econômico	113	187
		113	187
Encargo de uso de energia elétrica (1):			
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	(2.396)	(2.723)
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	Grupo Econômico	(1.368)	(1.670)
		(3.764)	(4.393)
Serviços contratados			
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A. (4)	Grupo Econômico	(83)	-
Energisa Soluções S.A (3)	Grupo Econômico	(1.407)	-
Multi Energisa Serviços S.A. (2)	Grupo Econômico	(9.867)	(8.992)
Energisa Soluções e Construções e Serviços em Linha e Rede S.A. (3)	Grupo Econômico	(217)	-
		(11.574)	(8.992)

	Relacionamento	2015	2014
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores (1):			
Multi Energisa Serviços S.A.	Grupo Econômico	5.398	712
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	71	57
Energisa Soluções S.A	Grupo Econômico	411	-
Energisa Soluções e Construções ew Serviços em Linha e Rede S.A.	Grupo Econômico	144	-
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A. (4)	Grupo Econômico	78	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	Grupo Econômico	39	36
Empresa de Distribuição de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	Grupo Econômico	58	-
		6.199	805
Dividendos:			
Rede Power Energia S.A.	Acionista	-	17.183
Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial	Controladora	-	12.106
		-	29.289
Recursos destinados para futuro aumento de capital (5):			
Rede Power Energia S.A.	Acionista	7.769	-
Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial	Controladora	13.314	-
		21.083	-

- (1) **Contratos relacionados ao setor elétrico:** a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.
- (2) **Multi Energisa S.A. - Serviços Administrativos:** os contratos referem-se a serviços de CALL CENTER e Suporte a TI firmados junto à Multi Energisa e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (3) **Energisa Soluções e Energisa Construções S.A. - Serviços de Manutenção:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (4) **Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A. - Serviços Aéreos de Prospecção** usados nas linhas de alta tensão, subestações e nas redes de distribuição.
- (5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração dos administradores foi de R\$2.504 (R\$2.110 em 2014) que corresponde em sua totalidade a benefícios de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$501 (R\$458 em 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes foram de R\$68 e R\$2, e a média em 2015 foi de R\$16 (R\$33 em 2014).

Na AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$6.597 (R\$7.245 para o exercício de 2014).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras:

	2015	2014
Ativo		
Prejuízos fiscais	36.858	42.999
Base negativa da CSLL	9.389	11.572
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	119.080	107.084
Contribuição social sobre o lucro líquido	42.870	38.551
Total	208.197	200.206
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(50.491)	(23.449)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(18.179)	(8.442)
Total	(68.670)	(31.891)
Total líquido - ativo não circulante	139.527	168.315

As diferenças temporárias são como segue:

	2015		2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Prejuízos fiscais	147.433	36.858	171.997	42.999
Base negativa da CSLL	104.320	9.389	128.580	11.572
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	51.002	17.341	36.355	12.361
Provisão para riscos	206.239	70.121	191.969	65.270
Provisão para perdas	64.951	22.083	61.818	21.018
Amortização do ágio	129.188	43.924	146.041	49.654
Provisão ajuste atuarial - Res Abrangente	82	28	57	19
Acréscimos moratórios	-	-	(24.880)	(8.459)
Ajuste a valor presente	11.099	3.774	12.000	4.080
Marcação a mercado - derivativo	(22.878)	(7.779)	-	-
Marcação a mercado - empréstimo	(3.659)	(1.244)	(125)	(43)
Parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualização	(64.422)	(21.903)	(39.560)	(13.450)
Ativos e passivos financeiros setoriais líquido	(111.011)	(37.744)	(54.111)	(18.398)
Outros	13.764	4.679	4.975	1.692
Total - Ativo não Circulante	526.108	139.527	635.116	168.315

A seguir as realizações dos créditos fiscais.

exercício	Realização dos créditos fiscais
2016	30.091
2017	36.006
2018	27.915
2019	15.922
2020	15.922
2021 a 2025	82.341
Total	208.197

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Alíquota efetiva	2015	2014
Lucro antes dos impostos	165.351	51.396
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais	(56.219)	(17.475)
Exclusão receitas financeiras - REFIS Lei 12.996/14	-	2.357
Incentivos fiscais	853	46
Outras adições	(425)	(2.876)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(55.791)	(17.948)
Alíquota efetiva	33,74%	34,92%

Uso de estimativa: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

13. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 686/2015, determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA. Com a aplicação do novo índice de atualização desde a última revisão tarifária, foram apurados efeitos de R\$1.050 registrados em receitas financeiras na demonstração de resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$24.862 (R\$7.859 em 2014).

Esse direito está classificado como disponível para venda no não circulante. Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2015	2014
Ativo financeiro - 2014 e 2013	318.859	259.774
Adições no exercício (1)	96.807	53.760
Baixas no exercício	(1.574)	(2.534)
Sub total	414.092	311.000
Atualização contas a receber da concessão - VNR	24.862	7.859
Ativo financeiro custo corrigido - 2015 e 2014	438.954	318.859

(1) Transferência do intangível para contas a receber da concessão.

14. Investimentos

A Companhia mantém ativos não remunerados destinados à locação

Movimentação	2015	2014
Investimento - 2014 e 2013	654	698
Depreciação acumulada	(44)	(44)
Investimento - 2015 e 2014	610	654
Edificações, obras civis e benfeitorias	608	652
Terrenos	2	2

15. Intangível- contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo 2014	Adição	Baixas (*)	Amortização	Transferências	Saldo 2015
Intangível em Serviço						
Custo:	2.077.109	-	(42.315)	-	160.609	2.195.403
Amortização Acumulada	(1.181.934)	-	27.598	(95.141)	-	(1.249.477)
Subtotal	895.175	-	(14.717)	(95.141)	160.609	945.926
Em Curso	179.741	220.052	(112.474)	-	(160.609)	126.710
Total Intangível	1.074.916	220.052	(127.191)	(95.141)	-	1.072.636
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em Serviço						
Custo	436.362	-	-	-	17.951	454.313
Amortização Acumulada	(238.103)	-	-	(20.823)	-	(258.926)
Subtotal	198.259	-	-	(20.823)	17.951	195.387
Em Curso	50.962	43.570	(15.667)	-	(17.951)	60.914
Total	249.221	43.570	(15.667)	(20.823)	-	256.301
Total Intangível	825.695	176.482	(111.524)	(74.318)	-	816.335

(*) As baixas totalizaram no período R\$111.524, sendo R\$96.807 transferidos para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$14.717 referentes às baixas operacionais realizadas no exercício.

	Saldo 2013	Adição	Baixas (*)	Amortização	Transferências	Saldo 2014
Intangível em serviço						
Custo	2.008.544	-	(43.962)	-	112.527	2.077.109
Amortização Acumulada	(1.113.094)	-	29.453	(98.293)	-	(1.181.934)
Subtotal	895.450	-	(14.509)	(98.293)	112.527	895.175
Em Curso	134.074	216.559	(58.365)	-	(112.527)	179.741
Total	1.029.524	216.559	(72.874)	(98.293)	-	1.074.916
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em Serviço	416.012	-	-	-	20.350	436.362
Amortização Acumulada	(212.387)	-	-	(25.716)	-	(238.103)
Em curso	22.514	53.403	(4.605)	-	(20.350)	50.962
Total	226.139	53.403	(4.605)	(25.716)	-	249.221
Total Geral	803.385	163.156	(68.269)	(72.577)	-	825.695

(*) As baixas totalizaram no período R\$68.269, sendo R\$53.760 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$14.509 referente às baixas do Ativo do período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada no período é de 4,34% (4,32% em 2014)

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão	2015	2014
Contribuição do consumidor	395.452	373.764
Participação da União	40.876	38.242
Universalização - CDE	154.378	141.402
Universalização - Governo do Estado	5.949	5.919
Participação do Governo do Estado	28.872	27.854
Participação de Governos Municipais	16.826	14.472
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	35.509	19.423
(-) Amortização acumulada	(258.926)	(238.103)
Total	418.936	382.973
Alocação:		
Contas a receber da concessão	162.635	133.752
Intangível em serviço	195.387	198.259
Intangível em curso	25.405	31.539
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	35.509	19.423
Total	418.936	382.973

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em abril de 2008 as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) estão sendo amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015 passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional.

A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em abril de 2013 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$35.509 (R\$19.423 em 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

16. Fornecedores

	2015	2014
Suprimento (1)		
CCEE	18.461	4.959
Contrato bilateral	109.589	105.220
Uso do sistema de transmissão/distribuição	1.654	4.077
Encargo de serviço no sistema	31.036	2.974
Materiais, serviços e outros (2)	59.119	47.718
Total	219.859	164.948
Circulante	212.259	162.480
Não circulante	7.600	2.468

1. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

2. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	430.765	443.179
Empréstimos e Financiamentos - moeda estrangeira	188.587	-
Encargos de dívidas - moeda nacional	2.352	5.489
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	401	-
(-) Custos a amortizar	(625)	-
(-) Marcação a mercado de dívidas	(3.659)	-
Total	617.821	448.668
Circulante	79.685	118.380
Não circulante	538.136	330.288

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (*)	Garantias
	2015	2014					
FIDC Grupo energisa IV	292.156	289.856	TR +8,00%	out-34	Mensal	9,80%	F
FINAME I Safra	20	381	8,00%(Pré)	mar-16	Mensal	8,00%	B
FINAME II Safra	5	96	TJLP +5,70%	mar-16	Mensal	12,70%	B
Repasse BNDES I - Bradesco (3)	29.976	-	TJLP +3,98% a 4,26%	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	26.445	-	TJLP +3,98% a 4,26%	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES II - Bradesco (3)	23.400	-	SELIC +4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	20.644	-	SELIC +4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Luz para Todos - Eletrobrás	40.469	52.647	6,00% a 8,00%(Pré)	mai-22	Trimestral	6,00% a 8,00%	-
Volkswagen	-	246	-	-	-	-	-
Leasing - HP	-	29	-	-	-	-	-
Nota promissória de Crédito - Itaú	-	105.413	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(624)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	432.491	448.668					
Resolução 4131 - Bank Of America ML I (1)	123.015	-	2,00%(Pré)	jun-17	Final	49,0%	A
Resolução 4131 - Bank Of America ML II (1)	29.788	-	3,52%(Pré)	ago-16	Final	50,53%	A
Resolução 4131 - Bank Of America ML III (1)	36.186	-	1,90%(Pré)	set-16	Final	48,9%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(3.659)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	185.330	-					
Total	617.821	448.668					

(*) Incluir variação cambial

A = Aval Energisa S.A., B= Alienação Fiduciária, F=Recebíveis.

- (1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 30).
- (2) Em 31 de dezembro de 2.015, estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo e pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 30)

- (3) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$147.123, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Energisa de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$100.367, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da empresa, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os contratos com Bank of America Merrill Lynch possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Estes indicadores são mensurados com base nos números da Energisa S.A.. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015 as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
CDI	13,24%	10,81%
TR	1,80%	0,86%
LIBOR	0,29%	0,23%
SELIC	13,32%	10,90%

Em 31 de dezembro de 2015, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	145.914
2018	27.435
2019	26.454
2020	25.867
2021	22.045
Após 2021	290.421
Total	538.136

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2015	2014
Saldos em 2014 e 2013	448.668	518.595
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	260.121	390.206
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	62.146	49.293
Marcação a mercado	(3.659)	-
Pagamento de principal	(112.891)	(466.239)
Pagamento de juros	(36.564)	(43.187)
Saldos em 2015 e 2014	617.821	448.668
Circulante	79.685	118.380
Não circulante	538.136	330.288

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	7º emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	31/05/2014
Data de vencimento	30/05/2021
Garantia	Quirografia
Rendimentos	CDI + 2,28% a.a.
TIR (taxa efetiva de juros)	12,45% a.a.
Quantidade de títulos	40.000
Valor na data de emissão	400.000
Títulos em circulação	40.000
Carencia de juros	2 anos
Amortizações/parcelas	Mensal após carência
Saldo em 2015 (1)	403.053
Circulante	51.414
Não circulante	351.639
Saldo em 2014 (1)	401.893
Circulante	4.282
Não circulante	397.611

(1) Deduzido de R\$2.389 (R\$3.198 em 2014) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Estes indicadores são mensurados com base nos números da Energisa S.A.. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2015 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2016	52.202
2017	80.160
2018	80.160
2019	80.160
2020	80.160
2021	32.600
	405.442
Custo de captação a apropriar	(2.389)
	403.053

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2015	2014
Saldos em 2014 e 2013	401.893	-
Nova emissão de debêntures - 7ª emissão	-	400.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	60.915	32.343
Pagamento de encargos	(59.755)	(26.782)
Pagamento de custo de captação	-	(3.668)
Saldos em 2015 e 2014	403.053	401.893
Circulante	51.414	4.282
Não circulante	351.639	397.611

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures - 7ª emissão	788	642	479	312	168	2.389

19. Tributos e contribuições sociais

	2015	2014
ICMS	43.358	31.166
Encargos sociais	3.083	3.640
PIS / COFINS	23.040	12.425
IRPJ	7.514	-
CSLL	2.705	-
IRRF	245	158
ISS	974	772
Outros	715	495
Total	81.634	48.656
Circulante	70.694	48.656
Não circulante	10.940	-

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total 2015	Total 2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	87.713	98.708	1.223	4.325	191.969	136.354
Provisão de riscos	43.474	22.431	60	122	66.087	110.988
Reversões de provisões	(12.532)	(30.470)	(1.139)	-	(44.141)	(62.513)
Pagamentos	(11.111)	(15.988)	(8)	-	(27.107)	(10.823)
Atualização	9.667	9.637	21	106	19.431	17.963
Total	117.211	84.318	157	4.553	206.239	191.969
Depósitos e cauções vinculados					45.723	38.874

A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$68.120 (R\$53.512 em 2014). Desse total, R\$22.397 (R\$14.638 em 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto a periodicidade das promoções dos funcionários, indenização por tempo de serviço e subsidiariedade/solidariedade.

O aumento de provisão no exercício de 2015 de R\$43.474, ocorreu em função da entrada de 273 novos processos de diversas naturezas que totalizaram R\$26.308, da revisão pelo andamento processual no total de R\$9.726 e da transferência de cíveis de processo administrativo previdenciário no total de R\$7.440, por outro lado ocorreram reversões de provisões que totalizaram R\$12.532, basicamente referente a liquidação de processos referente a indenizações de serviços por solidariedade e por consequência os pagamentos realizados de R\$11.111.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais, reclamações de consumidores e envolvendo débitos de energia.

O aumento de provisão no exercício de 2015 ocorreu em função da entrada de 1.869 novos processos de diversas naturezas no total de R\$12.631 e da revisão pelo andamento processual no total de R\$9.800.

Foram revertidas provisões de R\$7.440 por reclassificação para causas trabalhistas (processo administrativo previdenciário), além de R\$9.380 por encerramento de processos referente basicamente a danos morais/materiais, reclamações de consumidores e envolvendo débitos de energia e R\$13.650 por ajuste/reversão com base em decisão judicial favorável ou parcialmente favorável. Por outro lado a Companhia efetivou a liquidação de 2.111 processos referente a danos morais/materiais, reclamações de consumidores e envolvendo débitos de energia com liquidação em valores da ordem de R\$15.988.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a 3 processos, onde 2 discutem execução de multa do PROCON e 1 discute exigibilidade da contribuição INCRA.

A administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$464.248 (R\$481.643 em 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisões.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$23.566 (R\$25.855 em 2014), têm como objetos principais o pleito de responsabilidade subsidiária/solidária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$372.161 (R\$444.448 em 2014), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, sendo válido destacar que houve alteração do prognóstico, de remoto para possível, em processo proposto pelo Ministério Público Estadual (0044688-64.2005.8.12.0001), com valor envolvido de R\$73.588, onde se discute o procedimento adotado para cobranças de energia consumida de forma irregular, encerramento de processos no montante de R\$25.711, transferência para fiscal no valor de R\$53.031 e redução de R\$67.133 relativo a revisão por andamento processual.

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$68.521 (R\$11.341 em 2014). Refere-se principalmente a ilegalidade da integração do PIS/Cofins na base de cálculo do ICMS. Sendo válido destacar que houve alteração de natureza de dois processos administrativos (10140.720806/2010-57) no montante de R\$53.031 que constavam como cíveis.

21. Encargos do consumidor a recolher e Obrigações intra-setoriais

21.1. Taxas Regulamentares

	2015	2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (1)	34.206	1.936
Taxa de fiscalização - ANEEL	223	190
Encargo Capacidade Emergencial - ECE	251	280
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE	4	4
Total - Circulante	34.684	2.410

(1) A Resolução Homologatória 1.857 da ANEEL, de 27 de fevereiro de 2015, homologa as quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2015.

A Companhia desde 02/09/2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, em dezembro de 2015, foram compensados R\$23.592 referente a subvenção CDE e R\$2.328 referente subvenção baixa renda.

21.2. Obrigação do programa de eficiência energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212 de 15 de março de 2004, de 28 de março de 2007 e 21 de janeiro de 2010.

	2015	2014
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.024	436
Ministério de Minas e Energia - MME	512	219
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.423	14.183
Programa de Eficiência Energética - PEE	31.565	28.889
Total	52.524	43.727
Circulante	43.349	36.950
Não circulante	9.175	6.777

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

21.3. Incorporação de Redes Particulares

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 243/2003, n.º 249/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Descrição	2015	2014
Saldos em 2014 e 2013	65.316	63.895
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.122	9.575
Pagamento de principal e juros	(47.069)	(8.154)
Saldos em 2015 e 2014	24.369	65.316
Circulante	24.369	39.533
Não Circulante	-	25.783

22. Outros Passivos

	2015	2014
Credores diversos - consumidores	6.861	5.648
Arrecadação de terceiros a repassar	5.493	2.220
Outras contas a pagar	747	1.255
Total	13.101	9.123
Circulante	10.431	7.788
Não circulante	2.670	1.335

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$595.649 (R\$595.649 em 2014) está representado por 63.116.354 mil ações ordinárias (63.116.354 mil em 2014), todas nominativas sem valor nominal.

23.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99.

23.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

23.4. Reserva de lucros - reserva retenção de lucros

Em 2014, a Companhia destinou R\$2.330 do lucro líquido para reserva de retenção de lucros, que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

23.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013 aprovou o Plano de Recuperação da Companhia tendo, dentre outros, estabelecido a limitação da distribuição de dividendos acima do limite obrigatório exigidos pela legislação a uma relação entre a dívida e o lucro de no máximo de 3,5 vezes.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, foram aprovados os dividendos relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$29.445, sendo R\$7.944 de dividendos obrigatórios e R\$21.501 de dividendos adicionais propostos, que foram pagos conforme segue: (i) em 04 de abril de 2015, o valor de R\$20.224 (R\$0,0004665260 por ação ordinária); e (ii) em 22 de julho de 2015, o valor de R\$9.221 (R\$0,0004665260 por ação ordinária).

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	109.560	33.448
Reserva legal (5%)	(5.478)	(1.673)
Lucro líquido ajustado	104.082	31.775
Dividendos obrigatórios (25%)	26.021	7.944
Dividendos antecipados pagos:		
- Em 24/06/2016 ((R\$0,0009444687 por ação) (1)	59.611	-
Dividendos adicionais propostos (2)	44.471	21.501
	104.082	29.445
% sobre o lucro líquido ajustado	100,0%	92,7%

- (1) O Conselho de Administração aprovou em 24 de junho de 2015, a distribuição de dividendos antecipados à conta dos resultados apurados até 31 de março do corrente exercício, no montante de R\$59.611 (R\$0,0009444687 por ação ordinária), pagos no dia 30 de junho de 2015.
- (2) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida pela Administração.

23.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
Saldos em 2014 e 2013	(38)	(351)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(32)	474
Tributo sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	11	(161)
Saldos em 2015 e 2014	(59)	(38)

24. Receita operacional

Receita Bruta	2015			2014		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	785.717	1.686.289	1.054.347	755.902	1.642.737	723.214
Industrial	8.273	583.637	348.518	8.228	627.918	251.148
Comercial	77.225	1.093.691	673.356	75.645	1.073.415	469.037
Rural	86.940	472.845	231.906	86.063	471.645	160.173
Poder Público	8.690	245.905	146.254	8.739	245.275	103.932
Iluminação Pública	2.416	225.891	80.861	2.296	213.909	50.882
Serviço Público	1.186	168.727	75.811	1.045	170.143	49.385
Consumo Próprio	188	6.637	-	187	6.596	-
Subtotal	970.635	4.483.622	2.611.053	938.105	4.451.638	1.807.771
Suprimento	-	106.041	19.728	-	202.215	52.002
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(6.194)	41.062	-	7.778	11.946
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	42	-	83.141	39	-	60.791
Faturamento Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	30.880	-	-	-
Receita de Construção (1)	-	-	176.482	-	-	163.156
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	160.904	-	-	85.602
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(6.095)	-	-	(5.742)
(-) Excedente de Reativos	-	-	(9.991)	-	-	(6.792)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva e demais ativos e passivos financeiros setoriais(2)	-	-	36.047	-	-	52.193
Outras receitas operacionais	-	-	16.990	-	-	17.199
Total - receita operacional bruta	970.677	4.583.469	3.160.201	938.144	4.661.631	2.238.126
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	491.168	-	-	350.167
PIS	-	-	49.218	-	-	33.709
COFINS	-	-	226.702	-	-	155.269
ISS	-	-	5	-	-	38
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	9.200	-	-	7.029
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	340.388	-	-	21.360
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	9.200	-	-	7.029
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.574	-	-	-
Total - deduções receita operacional	-	-	1.128.455	-	-	574.601
Total - receita operacional líquida	970.677	4.583.469	2.031.746	938.144	4.661.631	1.663.525

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado de 31 de dezembro de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passaram a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional. As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram de R\$194.863, além de ter recebido da CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias o montante de R\$30.880.

Para os meses de janeiro a dezembro de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 583 de 4 de março de 2015	1.766
Fevereiro	Despacho nº 829 de 30 de março de 2015	2.925
Março	Despacho nº 1.356 de 4 de maio de 2015	6.579
Abril	Despacho nº 1.743 de 29 de maio de 2015	5.047
Maio	Despacho nº 2.131 de 30 de junho de 2015	4.769
Junho	Despacho nº2440 de 29 de julho de 2015	3.149
Julho	Despacho nº3386 de 06 de outubro de 2015	4.365
Agosto	Despacho nº3387 de 06 de outubro de 2015	1.092
Setembro	Despacho 3.607 de 29 outubro de 2015	1.419
Outubro	Despacho 3.887 de 01 de dezembro de 2015	(25)
Novembro	Despacho 07 de 05 de janeiro de 2016	(81)
Dezembro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016	(125)
Total		30.880

25. Despesas operacionais

	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS	TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda (*)	1.031.927			-	1.031.927	871.704
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	154.008			-	154.008	34.505
Pessoal e administradores		117.199	17	25.559	142.775	133.458
Entidade de previdência		3.298		707	4.005	4.095
Material		20.834	245	2.882	23.961	16.762
Serviços de terceiros		81.126	277	50.864	132.267	130.231
Depreciação e amortização		55.616		13.590	69.206	68.085
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	14.647	-	-	14.647	(37.472)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(5.161)	(5.161)	37.652
Custo de construção		-	176.482	-	176.482	163.156
Outras		20.911	2	47.105	68.018	122.347
Total	1.185.935	313.631	177.023	135.546	1.812.135	1.544.523

(*) Deduzido de R\$14.272 (R\$91.701 em 2014) e R\$7.677 (R\$46.727 em 2014) referente aos valores dos recursos da CDE repassados pela Eletrobrás e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Os valores foram registrados como redução de custo de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

Custo da energia comprada para revenda	M WH (*)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Energia de Itaipú - Binacional	733.778	825.301	207.233	99.172
Energia de Leilão	1.949.977	2.201.911	460.299	489.490
Energia Bilateral	870.316	870.041	171.633	170.221
Cotas de Angra REN 530/12	168.998	168.317	28.233	27.609
Energia de curto prazo - CCEE	237.273	202.158	183.948	203.144
Cotas Garantia Física Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.398.532	1.254.906	49.164	38.322
Programa Incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	106.161	103.951	28.588	26.034
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	(14.273)	(91.701)
Ressarcimento Bandeira Tarifária	-	-	-	(30.798)
(-) Parcela a compensar crédito	-	-	(82.898)	(59.789)
Total	5.465.035	5.626.585	1.031.927	871.704

- (1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$14.273 (R\$73.020 em de 2014).

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(*) Informação não auditadas pelos auditores independentes.

26. Outros resultados

	2015	2014
Ganhos na desativação/alienação de bens e direiros	1.989	1.388
Perdas na desativação/alienação de bens e direiros	(17.075)	(13.386)
Outras receitas/(despesas)	(2.629)	2.308
Total	(17.715)	(9.690)

27. Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receita de aplicações financeiras	19.474	13.842
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	7.395	5.264
Variação monetária e cambial	11.587	4.923
Juros recebidos	2.875	2.379
Atualização contas a receber da concessão	24.862	7.859
Atualização financeira - CVA	31.491	2.349
Receitas financeiras - Novadas	27.993	21.499
Outras receitas financeiras	19.181	4.174
Total receita financeira	144.858	62.289
Encargos de dívidas - juros	(85.812)	(77.901)
Variação monetária e cambial	(37.249)	(3.735)
Marcação a mercado empréstimos	3.659	-
Atualização PEE e P&D	(3.075)	(2.225)
Resultado com operações de Swap	19.209	443
Marcação a mercado derivativos	(4.374)	(448)
Despesas com IOF	(2.210)	(736)
Atualização financeira - CVA	(10.638)	(431)
Juros incorporação de Rede	(6.122)	(9.575)
Juros/Multa	(9.518)	(7.732)
Variação monetária energia comprada	(12.491)	(3.261)
Outras despesas financeiras	(32.782)	(14.604)
Total despesa financeira	(181.403)	(120.205)
Despesas financeiras líquidas	(36.545)	(57.916)

28. Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

Resultado básico por ação	2015	2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	109.560	33.448
	109.560	33.448
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	63.116.354	61.041.295
	63.116.354	61.041.295
Resultado básico por ação ordinária (*)	0,0017358	0,0005480

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

29. Cobertura de seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância segurada	Prêmio Anual	
			2015	2014
Riscos Operacionais	23/10/2016	R\$ 43.000	387	251
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	R\$ 50.600	461	729
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	30/11/2016	LMI R\$ 360 / Veículo	215	200
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	30/11/2016	R\$ 116.096	326	25
Transporte Nacional	30/01/2016	R\$ 2.000/transporte	26	24
			1.415	1.229

Descrição dos riscos:

Riscos Operacionais: Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral: Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Frota: A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais: Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e cesta básica.

Transporte: Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	79.347	79.347	117.243	117.243
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	230.965	230.965	207.822	207.822
Consumidores e concessionárias	2	444.399	444.399	310.888	310.888
Títulos de créditos a receber	2	-	-	3.843	3.843
Conta a receber da concessão	3	438.954	438.954	318.859	318.859
Ativos financeiros setoriais	3	198.065	198.065	211.521	211.521
Instrumentos financeiros derivativos	2	34.301	34.301	149	149

PASSIVO	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	2	219.859	219.859	164.948	164.948
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	1.020.874	1.020.874	850.561	850.561
Passivos financeiros setoriais	3	87.054	87.054	157.410	157.410
Instrumentos financeiros derivativos	2	11.423	11.423	-	-
Incorporação de redes	2	24.369	24.369	65.316	65.316

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$45.715, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures da Companhia. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$3.362 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de novembro de 2015, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$297 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Uso de Estimativa: Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como

consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

PASSIVO	2015	2014
Dívida (1)	1.020.874	850.561
Caixa e equivalentes de caixa	(79.347)	(117.243)
Dívida líquida	941.527	733.318
Patrimônio líquido (2)	803.589	754.079
Índice de endividamento líquido	1,17	0,97

- (1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, arrendamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.
- (2) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia e os recursos destinados a futuro aumento de capital, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

PASSIVO	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		212.259	-	-	-	7.600	219.859
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,03%	67.663	166.206	494.990	340.380	759.070	1.828.309
Total		279.922	166.206	494.990	340.380	766.670	2.048.168

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" da controladora Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	79.347	117.243
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	230.965	207.822
Consumidores e concessionárias	444.399	310.888
Títulos de créditos a receber	-	3.843
Conta a receber da concessão	438.954	318.859
Ativos financeiros setoriais	198.065	211.521
Instrumentos financeiros derivativos	34.301	149

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 30.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com alta de 47% sobre 2014, cotado a R\$3,9048/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 22,6%, enquanto em 2014 era de 19,45%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 de R\$1.023.396 (R\$852.980 em 2014), R\$185.330 estão representados em dólares. Em 2014 a Companhia não possuía dívida em moeda estrangeira.

- (i) US\$48,4 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$48,3 milhões de principal), cujo saldo no final do período, incluindo juros monta em R\$185,3 milhões.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 BAML x EMS 2	31.447			
P. Ativa		Libor + 1,85%	01/06/2017	Fair Value Hedge
P. Passiva		CDI + 1,49%		
Loan 4131 BAML x EMS3	7.600			
P. Ativa		Libor + 1,75%	08/08/2016	Fair Value Option
P. Passiva		CDI + 1,24%		
Loan 4131 BAML x EMS4	9.250			
P. Ativa		Libor + 1,90%	06/09/2016	Fair Value Option
P. Passiva		CDI + 1,39%		

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue a operação de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (R\$)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Designação Hedge Accounting
SWAP de juros HSBC x EMS	23.703		05/09/2016	Non-Hedge Accounting
P. Ativa		CDI + 3,5%		
P. Passiva		132% CDI + (TJLP-6,00%)		

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que esta operação poderá ter sua proteção reestruturada e mesmo seu prazo alongado a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 que podem ser assim resumidos:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	2015	2014		2015	2014
SWAP de juros	13.333	31.111	Posição Ativa		
			Taxa de juros pré-fixada, CDI	13.652	32.287
			Posição Passiva		
			Taxas de Juros CDI	(13.708)	(32.138)
			Taxas de Juros CDI + TJLP	(72)	-
				(128)	149

Fair Value Option	Valor de referência 2015	Descrição	Valor Justo 2015
Dívida (Objeto de Hedge)	59.755	Moeda Estrangeira	(65.677)
SWAP Cambial (Instrumento de Hedge)	59.755	Posição Ativa Moeda Estrangeira - USD e LIBOR Posição Passiva Taxas de Juros CDI Posição total Posição Líquida Dívida + Swap	65.677 (61.159) 4.518 (61.159)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge(*)	Valor de referência 2015	Descrição	Valor Justo 2015
Dívida (Objeto de Hedge)	100.000	Moeda Estrangeira	(119.653)
SWAP Cambial (Instrumento de Hedge)	100.000	Posição Ativa Moeda Estrangeira - USD e LIBOR Posição Passiva Taxas de Juros CDI Posição total Posição Líquida Dívida + Swap	121.646 (103.159) 18.487 (101.166)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		9.937	(34.424)	(78.789)
Swap cambial					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	187.323	Alta US\$	177.386	221.747	266.112
Posição Passiva - Taxa de juros CDI	(164.318)		(164.318)	(164.318)	(164.318)
Subtotal	<u>23.005</u>		<u>13.068</u>	<u>57.429</u>	<u>101.794</u>
Líquido	<u>23.005</u>		<u>23.005</u>	<u>23.005</u>	<u>23.005</u>

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$23.005, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria positivo de R\$23.005 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Swap de juros			-	-	-
Swap de juros					
Posição Ativa					
Taxa de juros CDI	13.652		13.652	13.652	13.652
Posição Passiva					
Taxa de juros CDI + TJLP	(13.780)	Alta TJLP	(13.780)	(13.857)	(13.933)
Subtotal	<u>(128)</u>		<u>(128)</u>	<u>(205)</u>	<u>(281)</u>
Líquido - ganhos (perda)			<u>(128)</u>	<u>(205)</u>	<u>(281)</u>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,24%, TJLP = 7,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	295.438	Alta do CDI	44.109	55.136	66.163
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(185.330)	Alta do CDI	(27.670)	(34.587)	(41.505)
Empréstimos e Debêntures	(405.442)	Alta do CDI	(60.533)	(75.666)	(90.799)
	(56.426)	Alta da TJLP	(3.950)	(4.937)	(5.925)
	(44.044)	Alta da Selic	(6.276)	(7.845)	(9.414)
	(292.156)	Alta da TR	(5.259)	(6.574)	(7.889)
Subtotal (**)	(983.398)		(103.688)	(129.609)	(155.532)
Total (Perdas)	(687.960)		(59.579)	(74.473)	(89.369)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (14,93% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2015, TJLP 7,0%, Selic 14,25%, TR 1,8%

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 40.489.

31. Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, que é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2015 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$4.005 (R\$4.095 em 2014).

A Companhia é patrocinadora da Fundação ENERSUL e Fundação REDEPREV, entidades fechadas de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, por meio de dois planos de benefícios, a saber:

Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 1/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;

- Complementação de pensão por morte; e
- Abono anual.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, encontra-se em manutenção. A última alteração do regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC 19, de 25/9/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar do MPS, por meio do Ofício Circular nº 1.530/SPC/DETEC/CGAT, de 24/5/2007. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.

O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

Plano de Benefícios Elétricas - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separados, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeito desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012 impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresas Patrocinadora.

Plano de Benefícios Elétricas - OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido. Não existem participantes da Enersul assistidos.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial - data base 31/12/2015

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2015, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados são conforme segue:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Plano I	Plano II	Plano Elétrica R	Total	
				2015	2014
Ativos	-	750	47	797	925
Assistidos	37	77	-	114	368
Total	37	827	47	911	1.293

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2015	Avaliação atuarial 2014
Taxa de desconto atuarial	7,50%	6,05%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	13,41%	11,88%
Taxa de crescimento salarial (*)	8,67%	7,61%
Taxa de inflação projetada	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 por sexo	MI85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(*) inclui expectativa de inflação futura projetada

Taxas de Desconto

Conforme CPC 31/IAS 16, a taxa de desconto utilizada na Avaliação está adequada com aquela praticada pelo mercado financeiro e com a política econômica do País e considerando o cenário econômico-financeiro internacional, motivo pelo qual acreditamos que a hipótese adotada é adequada para o momento.

Hipótese de inflação e embasamento técnico utilizado:

Conforme CPC 31/IAS 16, utilizou-se a expectativa de inflação de longo prazo, tendo em vista, relatório de mercado - Focus informados pelo Banco Central

c. Síntese da avaliação atuarial – Planos de Benefício Definido

Evolução das obrigações atuariais

	Plano de benefícios I	Plano de benefícios II	Plano de benefícios R	TOTAL	
				2015	2014
Valor presente da obrigação em 2014 e 2013	79.115	19.512	405	99.032	87.577
Custo do serviço corrente	-	185	56	241	9.752
Custo dos juros	8.943	2.248	48	11.239	9.147
(Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	(2.719)	8.483	(88)	5.676	(7.444)
Pagamento de benefícios no ano	(7.434)	(1.219)	-	(8.653)	-
Valor presente da obrigação em 2015 e 2014	77.905	29.209	421	107.535	99.032

Evolução no valor justo dos ativos do plano

	Plano de benefícios I	Plano de benefícios II	Plano de benefícios R	TOTAL	
				2015	2014
Valor justos dos ativos do plano em 2014 e 2013	114.599	21.963	348	136.910	160.048
(Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nos ativos do plano	(8.517)	8.957	(120)	320	(33.673)
Retorno esperado dos ativos do plano	13.160	2.539	41	15.740	17.823
Contribuições dos participantes do plano	-	-	70	70	165
Benefícios pagos	(7.434)	(1.219)	-	(8.653)	(7.453)
Liquidações (Distribuições de Superávit)	(10.732)	-	-	(10.732)	-
Valor justo dos ativos do plano em 2015 e 2014	101.076	32.240	339	133.655	136.910

Balanco patrimonial

	Plano de benefícios I	Plano de benefícios II	Plano de benefícios R	TOTAL	
				2015	2014
Valor justos dos ativos	101.076	32.240	339	133.655	136.912
Obrigações atuariais	(77.905)	(29.208)	(421)	(107.534)	(99.033)
Posição líquida	23.171	3.032	(82)	26.121	37.879
Limite do ativo	(23.171)	(3.032)	-	(26.203)	(37.936)
Valor justo dos ativos do plano em 2015 e 2014	-	-	(82)	(82)	(57)

Valor líquido reconhecido no balanço

	Plano de benefícios R	
	2015	2014
Posição líquida em 2014 e 2013	(57)	(351)
Despesa reconhecida na demonstração resultado do ano anterior	(63)	-
Contribuição da patrocinadora vertidas no ano	70	-
Efeito em ORA	(32)	294
Posição líquida em 2015 e 2014	(82)	(57)

Demonstração das despesas para o exercício de 2016 e 2015, segundo critérios CPC 31/IAS 16:

	Plano de benefícios R	
	2016	2015
Custo do serviço corrente	53	56
Custo dos juros	56	48
Retorno dos ativos do plano	(50)	(41)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	59	63

Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

Vigência	2015		
	Plano I	Plano II	Plano R
Total dos investimentos	100,00%	100,00%	100,00%
Títulos Públicos	94,02%	47,57%	62,15%
Títulos Privados	2,13%	36,55%	8,61%
Ações	-	7,37%	0,53%
Empréstimos	0,59%	2,20%	27,62%
Fundo de investimetno	1,35%	4,36%	-
Operações compromissadas	-	-	1,05%
Outros (Investimentos Imobiliários)	1,91%	1,95%	0,04%

Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No período findo em 31 de dezembro de 2015 as despesas com o plano de saúde foram de R\$13.571 (R\$11.100 em 2014).

32. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia					
	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	623.619	574.614	600.749	661.891	683.255	11.480.539

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2015, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

33. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

34. Meio ambiente (*)

A preservação do meio ambiente sempre foi uma das grandes preocupações do Grupo Energisa, em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, sempre com um compromisso permanente de convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente.

Para a gestão sustentável a Companhia desenvolve prioritariamente três Programas: o Programa de Licenciamento Ambiental, o Programa de Arborização Urbana e o Programa de Educação Ambiental.

A Energisa Mato Grosso do Sul prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos, novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA e outros.

Para realização de podas sob a rede elétrica, a Energisa Mato Grosso do Sul firmou convênio com as cidades do interior e com a Prefeitura de Campo Grande, por meio desses convênios a empresa realiza a doação de 14.500 mudas anualmente e quatro seminários sobre educação ambiental no interior.

A empresa possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada apta a emitir Certificado de Destinação Final.

Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades. Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas, junto aos colaboradores e comunidade, nos eventos promovidos pela Empresa.

(*) informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

35. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como segue:

	2015	2014
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	96.807	53.760
Atualização contas a receber da concessão - VNR	24.862	7.859
Fornecedores	51.341	45.074
Estoque	2.705	2.517
Atividades de investimentos		
Intangível - transferência para estoques	2.705	2.517
Aquisição de intangível em processo de pagamento	51.341	45.074

36. Evento subsequente

Bandeiras tarifárias

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras tarifárias sofreram reajustes a partir de 01 de fevereiro de 2016, como segue:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. Em fevereiro de 2016, alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. Em fevereiro de 2016, passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Emissão de novas séries de quotas do FIDC

A Energisa S.A. e Rede Energia S.A. em conjunto com a Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (EMS) aprovaram a emissão de novas séries de quotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ("FIDC") no montante total de até R\$219.000 com emissão de novas quotas pela EMS.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.
Campo Grande - MS**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 17 de março de 2016.

Marcelo Silveira da Rocha
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Luis Augusto Mendonça
Diretor Administrativo e de Controle

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor Técnico e Comercial

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora

Gioreli Sousa Filho
Diretor

Roberto Carlos Pereira Currais
Diretor

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 17 de março de 2016.

Marcelo Silveira da Rocha
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Luis Augusto Mendonça
Diretor Administrativo e de Controle

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor Técnico e Comercial

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora

Gioreli Sousa Filho
Diretor

Roberto Carlos Pereira Currais
Diretor